

Tribuna Operária

Uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda.
Endereço: Rua Beneficência Portuguesa, 44, conj. 205
São Paulo - SP - Tel. 228.5337.
Composto e impresso nas oficinas da Companhia Editora Jovis, Rua Gastão da Cunha, 49, Tel. 531.8900 - São Paulo - SP.

EXPEDIENTE
Jornalista responsável:
Walmir Marcelino
Conselho de Direção
Rogério Lustosa
Bernardo Joffily
Olivia Rangel
Dlair Fernando de Aguiar

NÚMERO 2. ANO 1, 24 DE NOVEMBRO DE 1979 PREÇO DE VENDA EM BANCAS, Cr\$ 10,00

A PANELA ESTÁ VAZIA



A inflação está a galope e os salários, de muletas. Nos últimos doze meses os alimentos ficaram 72 por cento mais caros. Não houve nenhum reajuste salarial deste tamanho. Assim, hoje os trabalhadores estão comendo menos e pior do que há um ano. Essa perda vem juntar-se a muitos anos de arrocho salarial, de manipulação de estatísticas, que causaram o empobrecimento dos

assalariados e favoreceram grandes lucros ao capital. Essa situação insustentável tem levado e continuará a levar os trabalhadores à greve. É ela que também motiva a luta contra a alta do custo de vida, que já há alguns anos mobiliza amplos setores da população num movimento popular de grandes dimensões, o Movimento Contra a Carestia.

Na semana passada, esse movimento realizou seu primeiro congresso em São Paulo, quando foram tomadas decisões para lutar por alimentos mais baratos e pela união dos trabalhadores contra a carestia. Participaram donas de casa, operários, trabalhadores rurais, outros assalariados, estudantes.

Ver matérias nas páginas 4 e 5.

A greve dos metalúrgicos valeu

Setores representativos dos metalúrgicos de São Paulo consideram que sua recente greve teve importantes aspectos de vitória. A greve adquiriu uma conotação política, mostrou que o governo está do lado dos patrões e foi um duro teste para a categoria.

Na luta surgiu um grande número de companheiros combativos que agora vão ajudar a superar as debilidades da organização na fábrica.

Esta é também a opinião do metalúrgico e deputado federal Aurélio Peres. Ver na página 3.

FALA O POVO

Desta vez os correspondentes voluntários da *Tribuna* ocupam duas páginas — a 6 e a 7 — falando das greves do presente e do passado, fazendo denúncias, reclamando soluções e até compondo poemas e canções. Leia e escreva você também.

O Irã entre a Idade Média e a revolução

Na página 8, a crise entre o Irã e os EUA. De um lado, o país mais poderoso da Terra, que, em nome dos direitos humanos, protege um monarca destronado por seu próprio povo e acusado de supercristianismo. De outro lado, um país que viveu uma revolução este ano mas ainda não definiu o rumo que vai tomar.

Terrorismo no Pará

O CCC atacou outra vez, agora em Belém do Pará. Foram oito atentados, com bombas e tiros, contra entidades democráticas paraenses e contra a visita de Miguel Arraes àquele Estado. E não é só em Belém. No Rio, em São Paulo, em Minas, por toda parte, o CCC, o Movimento de Renovação Nazista e outras organizações da extrema direita colocam as garras de fora. Explodem bombas, espancam pessoas, fazem ameaças, preparam o terreno para crimes de maior envergadura.

Por que esses crimes nunca são desvendados pelas autoridades competentes? a impunidade dos terroristas desperta suspeitas. Há indícios que vinculam os grupos da extrema direita armada a elementos dos órgãos repressivos. Foi o que a UEE de São Paulo denunciou na semana passada, depois que sua sede foi invadida e depredada pelo CCC.

Traição aos eleitores

Catorze deputados do MDB de São Paulo romperam com seu partido e se declararam "independentes". Na mesma ocasião, negaram apoio a um projeto que propunha um plebiscito para saber a opinião da população do Estado sobre a mudança da capital, plano faraônico do governador Maluf repudiado pelos paulistas. O projeto não conseguiu aprovação. Embora nas últimas eleições o MDB tenha conquistado maioria absoluta das cadeiras na Assembleia Legislativa, em razão de uma votação de mais de 80% do eleitorado, o adesismo desses e de outros parlamentares, dobrados pela "mágica" força de convencimento do governador, resultou em que na prática o MDB acabou sendo minoria.

Foram esses falsos opositores do tipo de Manoel Sala, Vicente Bota, Lino de Matos etc., que, unidos aos arenistas, permitiram a imposição de Reynaldo de Barros como prefeito da capital; foram eles que sabotaram a luta dos funcionários públicos por melhores salários. Agora, abrem o jogo e mostram que são traidores do eleitorado de São Paulo. O povo tomará nota de seus nomes para não lhes dar mais seu voto. E amplos setores populares e democráticos vão compreendendo cada vez mais que os verdadeiros opositores não podem tolerar adesistas em seu meio. E que não será possível unir e fazer avançar as forças de oposição se predominar uma política de unidade a qualquer preço, de conciliação com esses traidores do eleitorado.

Editorial

Por uma unidade mais avançada

Aprovado o projeto de reforma partidária, teremos uma lei ao gosto do general Figueiredo: cheirando a cavalo e não a povo, feita para golpear a oposição e fabricar partidos bionicos. Num jogo de cartas marcadas.

Por isso mesmo o grande público não se interessa pela falatório que enche os jornais: "Golber disse, Figueiredo declarou, Passarinho anunciou, Petrólio conver-sou"...

Mas há o outro lado da questão, que tem interesse real. Na base da sociedade, crescem os movimentos populares. E eles não cabem na forma apertada do bipartidarismo, nem num pluripartidarismo encomendado pelo regime militar. Com reforma, sem reforma, contra a reforma, esses movimentos terminarão se organizando para levar a luta política contra a ditadura até as últimas consequências.

O plano de Figueiredo é isolar os setores populares num partidinho "radical", raquítico, inofensivo. Ele joga na divisão do povo e dos democratas. Mas pode perder. O desejo de união brota de baixo e suas raízes vão fundo.

E que os problemas do Brasil são acima de tudo políticos. O maior deles é a permanência do regime de 1964, culpado pela crise atual. Os movimentos populares esbarram toda hora nesta realidade. Aprendem que é preciso unir-se e arrear esta pedra do caminho, inclusive para garantir salários melhores, terra, combate sério à carestia, defesa da soberania nacional. Cada luta que se trava é uma lição.

Esta política vai pôr a oposição à esquerda justamente as forças que o governo quer isolar. Portanto, Figueiredo que se cuide. Um partido de unidade das forças populares e de todos os democratas dispostos a pôr fim à ditadura não será um partido pequeno. Será tão grande como a insatisfação do povo, as greves, o amor dos brasileiros à liberdade.

Ocorre que por enquanto isto é apenas uma possibilidade. Para fazer dela um fato é preciso, além do desejo de unidade das bases, o trabalho unitário das lideranças. Propostas como as do PT, de Lula, de Aurélio Peres, Teotônio Vilela, da frente social" sugerida por Miguel Arraes e da "tendência popular" dentro do MDB possuem muita coisa em comum. Coincidem na oposição firme ao regime militar, na luta pela completa democratização do país e pela convocação de uma assembleia constituinte livre e soberana. Concordam que a grande força capaz de mudar o panorama político atual está no povo. Podem somar seus esforços. O povo só terá a ganhar se estas e outras correntes se coligarem num grande partido de frente, popular e democrático por sua base social e por sua plataforma de ação, capaz de aliar-se com outros partidos e forças de oposição na luta contra a ditadura.

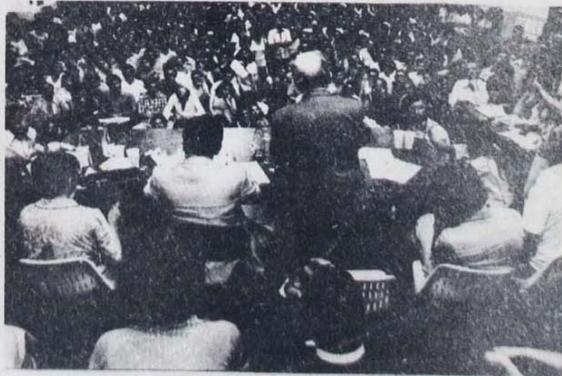
A busca desta união já começou. Se ela dará resultado ou não, é um problema que depende da largueza de visão das forças interessadas.



Anistia irrestrita pede passagem

Mais de duas mil pessoas, representando movimentos ativos em todo o Brasil, reuniram-se no dia 15 em Salvador. Foi o II Congresso Nacional Pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Objetivo: fazer o balanço e traçar os novos rumos da campanha pela anistia. Conclusões: esta luta não parou nem pode parar. Seguirá em frente enquanto houver brasileiros presos por lutarem pela democracia, grevistas espancados e mortos, direitos pisotados, crimes encobertos. Agora, os movimentos de anistia se empenham em ampliar o leque de suas atividades, inclusive preparando o levantamento dos crimes da ditadura militar, através da organização de um tribunal democrático.

O Congresso da Anistia, seus debates e conclusões estão na 2ª página. E também uma apreciação do saldo obtido, feita pelo ex-presidente da UNE e ex-presidente político Albi Arantes.



ANISTIA MAIS PERTO DO POVO

Quinta-feira 15, Salvador, Bahia. Mais de duas mil pessoas presentes no Colégio 2 de julho. Enquanto os oradores falam, a multidão acompanha com palavras de ordem de "Abaixo a ditadura, a luta continua", "Terrorista é a ditadura, que mata e tortura". Está aberto o II Congresso Nacional pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

Na mesa do Congresso, ex-exilados, ex-presos, mutilados, familiares de mortos e desaparecidos, líderes operários, líderes camponeses, um representante do MDB. Entre os presentes, Diógenes Arruda, Apolônio de Carvalho, Luis Carlos Prestes, Elquisson Soares. Mas também um operário da construção civil de Volta Redonda se destaca. Estão representados 32 movimentos pela anistia, 30 entidades estaduais e três nacionais. Ana Silva, companheira do operário metalúrgico Santo Dias da Silva, é escolhida presidente de honra do Congresso.

UMA LUTA QUE SE DESDOBRA

Durante três dias, comissões de trabalho e reuniões plenárias debateram os rumos futuros de uma das mais belas campanhas democráticas que o povo brasileiro

já desenvolveu — a batalha pela anistia ampla, geral e irrestrita. Discussões acaloradas, auditórios lotados. Um congresso que serviu como prova viva de que a luta pela anistia continua, com o mesmo vigor de sempre.

Ficou clara a ligação desta bandeira com as mais diversas lutas democráticas e populares em curso no país, contra a legislação de exceção e o aparato repressivo, pelo esclarecimento das mortes e desaparecimentos, pela volta dos exilados e expulsos, pela apuração dos crimes de tortura e mutilação, pelo retorno dos que foram afastados de seus empregos e funções, em defesa dos presos e ex-presos. Vinculou-se mais estreitamente o movimento com as lutas dos trabalhadores da cidade e do campo. O II Congresso recomendou a todos os movimentos de anistia do país que tomem a iniciativa ou participem ativamente, juntamente com outros setores, da articulação do apoio político aos movimentos operário, camponês e popular, já que a ditadura intensificou a repressão sobre eles.

TOMADAS DE POSIÇÃO

O Congresso faz a avaliação

crítica política e organizativa, do movimento pela anistia. Constatou que o saldo da luta travada até agora é largamente positivo. Destacou, em especial, a justeza da posição assumida em repúdio ao projeto governista de anistia parcial, incluindo o apoio ao voto contra o projeto no parlamento.

Ainda com relação às manobras do regime militar, os movimentos de anistia rejeitaram qualquer tentativa de institucionalização, autopreservação ou auto-transformação da ditadura.

O Congresso tratou também do problema da reforma partidária. Definiu que os movimentos pela anistia não se comprometem com qualquer proposta partidária e mantêm seu caráter unificador das correntes engajadas na luta pela anistia. Por outro lado, firmou posição contra a extinção arbitrária do MDB, contra o projeto de reformulação partidária, por ampla liberdade de organização partidária, em especial para partidos de interesse dos trabalhadores e do povo, inclusive os que se encontram na clandestinidade.

Encorajados por constatar mais uma vez que a luta pela anistia pode e deve continuar, os congres-

sistas decidiram lançar várias campanhas de opinião: pela libertação imediata dos presos políticos, em oposição a um eventual indulto outorgado pelo regime; pelo esclarecimento dos casos de morte e desaparecimento de vítimas da ditadura; pela ampla denúncia da repressão aos movimentos populares e do aparelho policial-militar que a executa.

Uma das principais resoluções do Congresso foi a de trabalhar pela instauração de um tribunal para denunciar os crimes da ditadura.

MOVIMENTO DE UNIDADE

Os 260 delegados ao Congresso encerraram seus trabalhos aprovando um relatório final. Mais uma vez, ficou em evidência o caráter unitário dos movimentos de anistia, um dos maiores responsáveis pelo seu êxito. Depois de três dias de debate vivo e aceso, ali estava o resultado do pensamento comum. E ali estava o desejo comum dos que lutam em todo o Brasil pela vitória completa da anistia.

Na plenária final, mais uma vez, duas mil pessoas presentes. Depois de lidas as resoluções políticas, a presidente de honra do Congresso

tomou a palavra. Ana Silva, dona de casa, mulher de metalúrgico, vivia mais recente de tantas vítimas da violência policial. Ela falou da vida difícil dos operários e de todo o povo, das perseguições a que são submetidos quando não aceitam a repressão nas fábricas. Sua presença e suas palavras foram de certa forma uma amostra dos novos caminhos que o movimento pela anistia começa a percorrer. Caminhos de contato ainda mais estreito com a gente simples, com os trabalhadores e sua luta. Falou também o senador Teotônio Vilela, que não pôde estar presente nos trabalhos do Congresso, mas fez questão de reafirmar, no fechamento, seu compromisso de democrata com a causa da anistia.

Encerrando o ato, o presidente do CBA-SP, Luis Eduardo Greenhalgh, falou em nome dos movimentos de anistia, reafirmando sua disposição de continuarem firmes na luta, sem vacilação e sem conciliação, até o fim da ditadura.

Cobertura de: Carlos Olímpio de Carvalho, Pedro R. das Neves, Artur de Paula (BA); Antônia Soares (MG).

Operários participam

e votam

Na opinião do operário da oposição metalúrgica de São Paulo, Clóvis de Castro, "o Congresso deu um grande avanço, definindo como eixo principal a continuidade da luta pela soltura dos presos políticos, a volta dos exilados e dos exilados dentro do país, assim como decidiui exigir da ditadura que preste conta dos mortos e desaparecidos".

"O outro avanço foi a aprovação da definição dos movimentos de anistia se ligarem às lutas populares e sindicais. Isso já vem fazendo isso. Deu apoio efetivo à nossa última greve".

"Uma grande vitória que tivemos — prosseguiu Clóvis — foi a

aprovação da proposta apresentada pela oposição metalúrgica de São Paulo, solicitando direito a voto, uma vez que as oposições presentes tinham uma efetiva participação dentro dos CBAs. Essa proposta foi apresentada também pelas oposições sindicais metalúrgicas de Salvador e da construção civil de Volta Redonda, assim como por participantes das oposições sindicais de Contagem e Betim".

Demonstrando alegria, Clóvis disse que gostaria de destacar a presença de sindicatos que não têm uma direção pelega e participaram efetivamente do Congresso: os dos jornalistas e os dos petroquímicos da Bahia.

Onde estão os guerrilheiros?

O II Congresso pela Anistia reuniu também os familiares de 14 mortos ou desaparecidos na guerrilha do Araguaia. Eles decidiram levar a frente uma ação de interpeleção, que obrigue o ministro do Exército e os militares envolvidos na repressão à guerrilha a explicar o destino das pessoas envolvidas na luta.

Os familiares dos guerrilheiros também divulgaram um manifesto, relatando a história da resistência.

"É nosso dever tornar público — diz o documento — o que nossos filhos, irmãos, pais, enfim, nossos

entes queridos sofreram nesta luta desigual. Mas que, mesmo assim, souberam resistir, com bravura e heroísmo, até as suas últimas forças, à sanha fascista da ditadura. Muitos ou quase todos morreram, porém tombaram mantendo erigida a bandeira por melhores condições de vida e pela liberdade do povo brasileiro. E cabe a nós tomarmos nas mãos esta bandeira e prosseguir na luta que esses homens e mulheres nossos compatriotas iniciaram, e elevar aos mais altos níveis a memória destes heróis do nosso povo".

Jornal "Repórter" apreendido

A polícia federal apreendeu, por ordem do ministro da Justiça Petrônio Portella, o último número, de novembro, do jornal mensal independente "Repórter". Desta vez, para justificar mais este atentado contra a liberdade de expressão, o governo procurou disfarçar sua ação repressiva contra o jornal enquadrando-o no decreto lei 1077, de 1970, por "atentado à moral e aos bons costumes".

Essa repentina preocupação do governo com "a moral e os bons costumes", no que se refere ao "Repórter", vem em sequência a uma série de represálias aplicadas pelo governo ao jornal, devido às corajosas denúncias que tem feito das violências policiais e da corrupção governamental. Seus redatores e editores já foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, por reportagens publicadas nos números 5 e 14 do jornal. Foram beneficiados pela anistia restrita recentemente decretada pelo governo.

Entretanto, um dos editores, Luiz Alberto Bettencourt continua sendo processado pelo ex-secretário da Segurança de São Paulo e atual deputado federal pela Arena, coronel Erasmo Dias. Motivo: reportagem publicada no número

12 do jornal, mostrando que o coronel Erasmo participou da montagem de um esquema terrorista de direita, que colocou bomba no prédio do jornal "O Estado de S. Paulo", em 1968, com o objetivo de culpar as forças de esquerda pelo atentado.

Sobre a apreensão do último número do "Repórter", os editores Luiz Bettencourt e Chico Jr. chamam a atenção para a legislação opressiva atualmente em vigor no país, que permite ao governo reprimir a liberdade de expressão. Esta legislação não permite ao jornal agredido exercer o direito de defesa ante uma violência. Bettencourt diz:

"Nós queremos chamar a atenção e protestar contra o arbítrio inerente à lei de imprensa, que permite que um ministro apreenda o jornal e, portanto, juízo, antes de qualquer deliberação judicial sobre o assunto. A apreensão é a maior punição contra um jornal, porque o prejuízo é irreversível. Isso, antes que o jornal possa se defender de uma decisão que não tem o julgamento de nenhum organismo jurídico, social ou político. É decisão de um ministro, de uma só pessoa, que penaliza antes da justiça".



Ricardo Malta/F4

Libertar até o último preso

As conclusões do II Congresso Nacional dos Movimentos de Anistia representaram uma importante vitória do movimento democrático e popular. Elas definiram os rumos da continuidade da luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

A libertação de inúmeros presos políticos, o retorno de uma grande parcela dos exilados, enfim, a anistia parcial, colocou na ordem do dia algumas questões novas: teria se esgotado a luta pela anistia? Deveriam os CBAs e os MFPA's continuar existindo?

O Congresso respondeu muito claro a estas questões: a luta continua. E continua porque existem ainda inúmeros presos políticos nos cárceres da ditadura. Porque a situação dos mortos e desaparecidos não foi esclarecida. Porque não houve a responsabilização criminal dos torturadores responsáveis por inúmeros assassinatos e mutilamentos. Porque o aparato repressivo permanece intacto, e continua vigente a Lei de Segurança Nacional. Além de reafirmar a continuidade da luta em torno desses objetivos, o Congresso constatou que o aguçamento da luta de classes impõe novas tarefas na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Isso porque a repressão que passou a se abater de forma mais violenta sobre o proletariado, o camponês e o movimento popular coloca a necessidade de combinar a luta pela libertação do último preso político, a luta contra o aparato repressivo,

com o apoio e a solidariedade às lutas populares.

CONFRONTO DE POSIÇÕES

Porém essa e outras deliberações do Congresso surgiram como fruto do confronto de pontos de vista diferenciados. Ao lado da posição vencedora, duas outras se expressaram nas discussões travadas no plenário. Uma delas defendia a continuidade da luta pela anistia sem "radicalizações", diluindo a necessidade de ligá-la às lutas populares. A outra acentuava de tal forma a questão da luta popular que praticamente deixava de lado a especificidade da luta pela anistia. Nas comissões, duas outras tendências se manifestaram: uma afirmava que a luta pela anistia estava esgotada e que se tratava de transformar os Movimentos pela Anistia em Movimentos pela Constituinte. A outra, partindo da constatação da necessidade de novos caminhos para a luta pela anistia, propunha uma articulação dos eixos anteriormente definidos com a luta em defesa dos direitos humanos.

TRIBUNAL APROVADO

Além desta questão central, outras polarizaram politicamente os congressistas. Uma delas dizia respeito ao balanço da política adotada pelos Movimentos de Anistia no combate ao projeto de anistia parcial da ditadura. Após uma ca-

lorsosa discussão, o Congresso chegou à conclusão, por uma larga margem de votos, de que a tática adotada pelos Movimentos de Anistia, de repúdio ao projeto governamental, foi correta. A outra foi a polarização criada em torno da criação do tribunal, tipo tribunal Bertrand Russel, para denunciar os crimes da ditadura. Após uma acesa discussão, o Congresso aprovou uma determinação para que se criem as condições para a instalação de um tribunal assim.

Também esteve presente no Congresso a questão da assembleia nacional constituinte, livre e soberana. Por unanimidade, os congressistas concluíram que a questão não havia sido suficientemente discutida pelo movimento de anistia para ser aprovada naquele encontro. Porém, para barrar as manobras da ditadura e dos conciliadores, o Congresso se pronunciou contra todas as formas de institucionalização do regime, incluindo aí a assembleia constituinte com Figueiredo e a transformação do Congresso em constituinte.

O movimento popular tem novamente delineadas as tarefas da luta pela anistia. Libertar até o último preso. Lutar contra a repressão ao movimento popular. Exigir o esclarecimento das mortes e desaparecimentos. Eis as tarefas mais importantes da luta pela anistia, definidas como campanhas prioritárias.

A greve valeu!

A avaliação da grande greve recentemente realizada pelos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos está sendo feita e ainda não há conclusões definitivas. A seguir, damos um resumo de opiniões de diversos grevistas, operários combativos que participaram dos comandos de greve das cinco regiões e de Guarulhos:

Uma greve difícil

Há muitos anos não ocorria uma greve de metalúrgicos como essa, em São Paulo. Apesar das debilidades de organização, principalmente dentro da fábrica, que foram grandes, e da participação ainda passiva de parte dos trabalhadores, essa greve foi um avanço sobre as anteriores porque foi feita e sustentada pelos trabalhadores, por grandes massas, sofreram violência e privações para sustentá-la. Nisso foi diferente das anteriores, porque o metalúrgico de São Paulo se acostumou a esperar que o sindicato paternalisticamente decretasse e viesse à fábrica promover a parada. Desta vez não houve isso. A diretoria do sindicato não preparou a greve, ficou só em negociações. Os trabalhadores, mesmo não estando bem preparados, foram à greve e por fazerem a tiveram de superar os patrões, a repressão e os piquetes.

Comissões de fábrica

A grande debilidade da greve foi a fraca organização no interior das fábricas. Sem as comissões de fábrica tornou-se muito difícil manter a parede sob a ofensiva da repressão. O aspecto interessante é

que a grande massa de operários que despertou no decorrer da greve deu-se conta dessa deficiência, sentiu muito a falta de organização. Atualmente muitos encontram-se dispostos a levar adiante a organização das comissões de fábrica.

Piquetes

Assim como antes ficavam à espera do sindicato para mandar parar, agora, operários de muitas fábricas ficavam na dependência do piquete. Só paravam quando o piquete chegava. Acabou sendo outra forma de paternalismo. É preciso fortalecer a organização dentro da fábrica e tomar a iniciativa. Mas também há um tanto de idealismo em imaginar que só a comissão de fábrica resolve tudo. É necessário combinar a ação dentro da fábrica com o piquete. Embora complementar, este também é necessário. Tem um papel político na luta de classes. É uma forma de pressão em sentido contrário à pressão do patrão sobre os trabalhadores. É também contra a ideologia burguesa na cabeça dos trabalhadores menos avançados. Além disso, é a forma de levar a greve à rua, à manifestação de rua, inclusive em busca da solidariedade dos outros trabalhadores e do povo. Por causa dos piquetes, pararam em Guarulhos fábricas de outros ramos industriais. Na Capital, parou a "Linha Corrente", do ramo têxtil, por exemplo.

A repressão armada

Apesar da má preparação, nos dois primeiros dias a greve só não

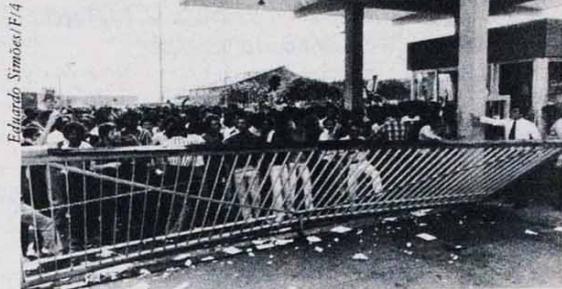
foi maior em razão da repressão violenta. Após o assassinato de Santo, o movimento adquiriu também um aspecto político e cerca de 280 mil metalúrgicos chegaram a parar. Toda a categoria pararia e até mesmo outras categorias poderiam parar. Mas a repressão policial, que recuava, voltou a atacar. Foi uma repressão armada — com carros de combate, bombas, metralhadoras, revólveres, etc. As tropas especialmente treinadas, adotavam formações de combate e o que praticaram contra os trabalhadores foi uma autêntica luta armada. Foi com surpresa, mas tirando lições, que os trabalhadores se deram conta disso.

As mulheres

Houve uma maior participação de mulheres na greve, lado a lado com os homens. Em todos os comandos regionais mulheres participaram. E também participaram de piquetes. Lideranças femininas vêm surgindo e não sofrem discriminação por parte dos homens. Durante a greve elas aceitaram com naturalidade a liderança de companheiras. Segundo uma delas, o único motivo que as faz pensar em formar um departamento feminino no sindicato é o de proteger as moças que ali comparecem da diretoria pelega e de seus iguais, que sempre tentam corrompê-las. Não fosse isso e o departamento feminino seria desnecessário, iria provocar uma divisão inútil, já que vem ocorrendo perfeita integração de companheiras e companheiros na luta.

Conclusões iniciais

Para a continuidade e o



Os piquetes, um fenômeno de massa, foram a grande força da greve.

aprofundamento da luta dos metalúrgicos, alguns setores já vão adiantando certas conclusões iniciais: 1) a greve alcançou algumas vitórias econômicas e principalmente políticas; 2) é necessário generalizar a organização de comissões de fábrica; 3) desenvolver todos os esforços para impedir que a diretoria pelega venha a fechar, como anúncio pretender, as cinco subdes regionais, conquistadas em assembleia. Lutar para torná-las oficiais, com recursos para seu funcionamento e a realização de toda uma programação: conferências, atividades culturais, shows etc.; 4) manter atuantes os comandos formados durante a greve; 5) realizar intensa campanha de sindicalização, não sob a perspectiva do assistencialismo, mas da luta. A categoria, de 360 mil, tem só 60 mil sindicalizados; 6) ativar a ligação com os bairros, particularmente os bairros operários, com os outros setores populares e com a Igreja. O apoio recebido foi vital para a sobrevivência do movimento por onze

dias. Mas esses laços podem ser muito mais desenvolvidos.

A luta por liberdade

O ocorrido durante a greve veio demonstrar que os operários não podem lutar somente por salários, mas também precisam lutar por liberdade e pela derubada da ditadura.

Desemprego

De acordo com informações do sindicato, o número de demissões até agora estaria por volta de 600. Esperava-se mais, em razão de a greve ter sido considerada ilegal pela Justiça do Trabalho. No entanto, a combatividade da categoria e a animação com que os trabalhadores voltaram às fábricas, devem ter esvaaziado a repressão patronal. O próprio governo está aconselhando moderação nas dispensas para evitar novas greves.

Aurélio: "Quem fez os piquetes foi a grande massa"

Aurélio Peres, o operário metalúrgico que saiu da produção na fábrica Monark, em São Paulo, diretamente para o Congresso Nacional, eleito deputado federal pelos trabalhadores, participou ativamente da recente greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos. Em entrevista à Tribuna Operária ele deu sua opinião sobre a greve:

TLO — Há setores do movimento sindical que estão considerando que os metalúrgicos não deviam ter deflagrado a greve. Que você acha?

Aurélio — Para saber se a greve devia ser deflagrada é preciso responder a duas questões: 1) existia disposição da massa para fazer a greve e um mínimo de organização para sustentar a greve? 2) os patrões estavam dispostos a negociar ou mantinham-se intransigentes? Na minha opinião, havia e há um grande descontentamento dos trabalhadores quanto às suas condições de vida e aos salários, que são insuficientes e estão sendo devorados pela inflação. Há também uma enorme disposição de luta. Na nossa categoria — e aqui falo como operário metalúrgico da capital — devido a que na diretoria do sindicato não estão autênticos representantes dos trabalhadores, não se fez o necessário trabalho de organização e de preparação para a greve. Mas em inúmeras fábricas os companheiros se organizaram, tanto que essas fábricas pararam e permaneceram paradas sem a necessidade de piquetes. Atuando organizadamente no sindicato conseguiu-se formar o comando geral de greve e os cinco comandos regionais nas respectivas subdes. Organizou-se também comitês de apoio para dar sustentação à greve. Haviám pois condições organizativas mínimas para deflagrar a greve.

Além disso, a intransigência patronal não deixou outra alternativa para os trabalhadores senão deflagrar a greve. A não ser que nós quiséssemos nos conformar com salários de fome. Os empresários do Grupo 14 bloquearam

inteiramente as negociações, sentaram em cima de propostas humilhantes e recusaram-se a negociar. Não havendo alternativa, e havendo um mínimo de condições, considero que foi correto deflagrar a greve.

TLO — Você considera que a greve foi derrotada ou conquistou algumas vitórias?

Aurélio — Vitória completa há muito tempo não ocorre no movimento operário. Acho que a primeira vitória foi fazer a greve. Num regime de ditadura militar como o existente, com toda essa legislação arbitrária para impedir as greves, realizá-la e mantê-la por onze dias já foi efetivamente uma vitória. Do ponto de vista das conquistas econômicas, não compartilho das avaliações que consideram que a greve foi derrotada. É preciso recordar que a proposta patronal era de 56% de reajuste. E que os patrões só aceitaram o índice de 67% depois que perceberam que a categoria estava disposta e iria efetivamente à greve. Embora escalonado, esse reajuste é superior ao que os trabalhadores obteriam pela nova fórmula da política salarial do governo.

Mas no plano político — é que a greve registrou uma vitória mais importante. Através dela se conseguiu pôr à mostra para milhões de trabalhadores e para o povo em geral a essência desse regime antipovo. Foi possível desmascarar a intransigência dos patrões, a aliança dos patrões com o governo e a serviço de quem está a repressão. Mostrou que todos eles se unem contra os trabalhadores. E que vão até ao assassinato e todo tipo de violência para defender os interesses do capital. O outro aspecto político que pode ser considerado uma vitória foi que a greve evidenciou a grande disposição de luta das grandes massas de trabalhadores. Porque essa foi uma greve que os próprios trabalhadores fizeram, sem esperar que o sindicato a fizesse por eles, conforme se tornou costume em outros tempos e que até há pouco influenciava muitos trabalhadores.



"O maior mal é não querer lutar"

TLO — Mas há comentários de que houve um distanciamento entre as lideranças e as grandes massas, que estas não chegaram a mobilizar-se.

Aurélio — A questão não é bem essa. O principal distanciamento que há é dessa diretoria do sindicato, que não quer mobilizar nem organizar as massas de trabalhadores. E que nada fez para preparar a greve. Durante a última campanha os trabalhadores pareciam desmobilizados. As assembleias não compareciam muitos pelo fato de que na greve de 1978 a diretoria deu um golpe na categoria quando ela estava em meio à greve, passou-lhe uma rastrera. Então os trabalhadores estavam desconfiados, não acreditavam que pudessem fazer outra greve. Mas desde que ela se deflagrou, participaram com entusiasmo. Quem fez os piquetes de milhares de trabalhadores foram as grandes massas. Eles representaram a vontade de luta das grandes massas.

Uma outra conquista foi o surgimento de uma infinidade de novos ativistas, de companheiros combativos que nós, os mais antigos, não conhecíamos e que estavam nas fábricas. Na greve, deram grandes exemplos de combatividade, de coragem e de espírito de organização. Se não fosse a greve nós não teríamos hoje essa

força de apoio. Vimos ter muitas dificuldades durante as greves. Acho que o movimento de apoio teve seu ponto mais fraco justamente onde deveria ser o seu ponto mais forte, isto é, nos outros sindicatos. Atribuo a divergências internas o fato de o movimento sindical em geral não ter assumido a responsabilidade que lhe cabia. Certas lideranças autênticas limitaram-se ao apoio moral e a ações muito tímidas de solidariedade.

TLO — Como vê as perspectivas após a greve?

Aurélio — Não estou vendo as perspectivas catastróficas que têm sido apontadas por alguns setores. Nem acho que a greve como forma de luta deva ser "repensada". Ela é o melhor instrumento da classe operária para a luta econômica, conforme indica uma longa tradição. A recente greve foi muito rica de experiências. E nós, que estamos intimamente ligados às massas metalúrgicas, observamos que elas não saíram da greve com um sentimento de derrota, como no ano passado. Mas, pelo contrário, saíram amadurecidas e entusiasmadas. Os companheiros voltaram para as fábricas animados, narrando os acontecimentos nos piquetes, contando sua participação na luta. Eles participaram de uma luta de verdade, para valer, aprenderam com ela, estão sabendo disso e assim vão reconstruindo sua tradição de luta, interrompida durante 15 anos. Por isso é que não compartilho da ideia de que só se deve partir para a greve quando estiver tudo, tudo organizadinho, preparadinho. Isso não existe. As grandes massas não se organizam fora da luta. Essa greve veio mostrar, uma vez mais, que é na luta que as massas se organizam. O movimento paretista foi crescendo no seu próprio curso. E, após a morte de Santo e o recuo da repressão, 80% da categoria parou. Não fosse a verdadeira guerra que a polícia moveu contra nós e toda a categoria teria parado. O que não se pode mais admitir é que o movimento sindical continue a ser dirigido por elementos vacilantes que ficam barrando o avanço da luta da classe operária. O maior mal que pode existir é a vontade de não querer lutar.

TLO — Que debilidades você viu na greve?

Aurélio — A organização dentro das fábricas é um aspecto essencial para o movimento operário. E ela é ainda bastante fraca. Daqui para a frente é preciso trabalhar muito intensamente para a organização dentro das fábricas. As greves não podem ficar centradas em cima dos piquetes. Eles são também necessários, mas só apenas um complemento, não podem ser o essencial. É através da organização dentro da fábrica que se garante a vitória da greve, mesmo que haja mais intensa repressão. Considero que faltou um maior entrosamento com os movimentos de bairros e também com a Igreja, para obter um apoio ainda mais sólido à greve. Também é urgente unificar as oposições em São Paulo. É preciso fortalecer através delas o fundo de greve. Porque se não houver

A carestia de mal a pior

O governo diz que combate a inflação. Mas, será que combate mesmo? às custas de quem?

Esta semana foi a vez do leite aumentar: 27%. O litro do «tipo C» passou para Cr\$ 9,90. Haverá menos leite na mesa do trabalhador.

E mais. Uma parte desse aumento deve-se ao fim do subsídio ao produto. No ano que vem, cairão outros subsídios a gêneros de primeira necessidade.

O leite é só um exemplo. Segundo a FGV, os alimentos encareceram 72% nos últimos 12 meses. Qual o salário que acompanhou este ritmo? Mesmo as categorias que fizeram greve e conseguiram reajustes maiores estão mais pobres hoje do que há um ano. A inflação engoliu os reajustes. As greves evitaram um empobrecimento maior, mas não chegaram a recuperar o poder aquisitivo dos salários.

O governo fracassa

A disparada dos preços jogou água fria nas promessas otimistas que o governo vinha fazendo.

Um otimismo que durou pouco. Começou há três meses, quando Figueiredo trocou de ministro do Planejamento. Saiu Mário Simonsen, que vivia de cara amarrada, dizendo que só Deus seria capaz de dar jeito na economia. Entrou Delfim Neto, todo sorridente, prometendo mundos e fundos: crescimento da economia, prosperidade na agricultura, multiplicação das

e portações e uma inflação tolerável.

Acontece que para estimular a economia é preciso



fazer correr dinheiro, soltar os créditos, o que alimenta a inflação. Além disso, Simonsen fez com Delfim o que Delfim fizera com Simonsen em 1974: deixou uma herança de preços comprimidos, prontos para estourar.

Logo em setembro a inflação subiu 7,7%. Em outubro ficou nos 5,2%. Em novembro, deverá ser «idêntica ou superior à de outubro», segundo fontes do próprio Ministério. O sorriso de Delfim amarelou. Agora ele reconhece que os preços estão fora de controle e seu aumento em 1979 será «dramático». Ainda promete «encher a panela do povo», mas só no ano que vem.



O diagnóstico de Delfim

O ministro tem um diagnóstico para a situação atual. Diz que os preços estão subindo tanto devido: 1) ao déficit no orçamento do governo; 2) à baixa produção agrícola; 3) à inflação importada e 4) aos aumentos salariais. É um diagnóstico que não toca em problemas de fundo. Silêncio sobre o domínio do latifúndio no campo, os empréstimos e investimentos estrangeiros, o controle das finanças, da indústria e do comércio pelos monopólios, as causas estruturais da inflação brasileira. Enfrentar estes problemas seria contrariar interesses poderosos e muito bem representados no governo. Por isso Delfim prefere ficar na superfície das coisas.

O déficit orçamentário é um velho problema, que estava sendo escondido mas agora veio à luz. Ocorre que o governo gasta mais do que tem. Para cobrir o buraco, precisa emitir mais dinheiro e assim alimenta a inflação. Delfim diz que vai cortar despesas, nos níveis federal, estadual e municipal. Os cortes já estão deixando setores de interesse público como a Educação e a Saúde à beira do colapso. O fim dos subsídios aos bens de consumo tem o mesmo sentido. Mas não se cortará os gastos que realmente pesam. O

acordo nuclear, por exemplo, continua de pé. Custará 600 bilhões de cruzeiros. E quanto custa a máquina pesadíssima da burocracia estatal? Quanto custam os órgãos repressivos, armados com o que existe de mais moderno para esmagar greves e protestos? Quanto custam os incentivos fiscais às grandes empresas para implantar fazendas na Amazônia?

A baixa produção agrícola Delfim pretende curar apenas com mais créditos, sem mexer no problema da terra: Na prática, os créditos vão mesmo para os grandes proprietários, que aproveitam a ocasião para estender seus domínios. Assim, a pretexto de estimular a agricultura, o governo estimula o latifúndio, um dos maiores culpados pela inflação brasileira. O latifúndio monopoliza as terras, aumentando seu preço, que incide sobre os produtos agrícolas. Além disso, entrava a própria produção. E também costuma dar preferência aos cultivos de exportação, mais lucrativos, gerando escassez de alimentos e consequentemente carestia no país.

A inflação importada, para Delfim, é um problema sem solução. Não passa pela cabeça do ministro, por exemplo, que é absurdo o Brasil gastar bilhões de dólares no ano que vem podendo ser dez bilhões importando petróleo a preços inflacionados para sustentar os negócios das multinacionais do automóvel. O endividamento externo, um dos principais meios de se importar inflação, deverá acelerar-se. A nação, cada vez mais dependente, continuará sofrendo com a sua inflação e com a dos outros.

O «descalabro salarial» finalmente, é o grande bode

expiatório de Delfim. O ministro acha que com as greves os trabalhadores estão tendo aumentos excessivos, ganhando bem demais, e portanto favorecendo a carestia. Esta tem sido a justificativa do governo para a nova política salarial de arrocho e a ação da polícia contra as greves. Já foi demonstrado centenas de vezes, na imprensa e na prática, que esta tese é falsa, que os salários não são nem nunca foram culpados pela alta dos preços. Mas quando há interesses de classe opostos em jogo, o único argumento que vale realmente é o da força. E o governo empunha toda a sua força para defender, não a estabilidade dos preços, mas a taxa de lucro dos patrões.

O povo paga

Este diagnóstico leva a um tratamento à base de paliativos. É como se o governo receitasse aspirinas para um doente com apendicite aguda, em vez de levá-lo com urgência para a mesa de operações. Os «varejões», por exemplo, são isso, aspirinas. E o governo Figueiredo não quer saber de cirurgias porque o bisturi teria de atingir justamente os interesses das multinacionais, dos banqueiros e especuladores do «open market», dos grandes industriais, atravessadores e latifundiários que mandam no país sob o regime militar.

Enquanto isso, o doente vai de mal a pior. A taxa de inflação caminha para mais de 70%. O povo paga — e caro — pelo fracasso da política oficial. Resultado, empobrecimento geral. E também descontentamento geral; as greves e protestos se espalham pelo país.

É possível acabar com ela

De tanto sofrer com a carestia, os brasileiros se acostumaram a vê-la como um mal eterno, que pode aumentar, diminuir, mas nunca acaba.

Não é bem assim. Ela é um fenômeno do capitalismo. Existirá enquanto ele existir. Nos países onde implantou-se o socialismo, a inflação desapareceu. Naqueles que mais tarde retornaram às engrenagens do sistema burguês, ela tornou a aparecer.

O capitalismo é o chamado «sistema da livre empresa». Cada capitalista atua por conta própria, concorrendo com seus colegas, buscando o lucro. Os preços de suas mercadorias variam constantemente, segundo o jogo da oferta e da procura. Em outros períodos, este jogo levava às vezes a uma baixa dos preços: cada empresa queria vender mais barato, para tomar o mercado dos concorrentes. Então, em vez de inflação havia a deflação, também danosa para os trabalhadores, pois causava falências e desemprego em massa.

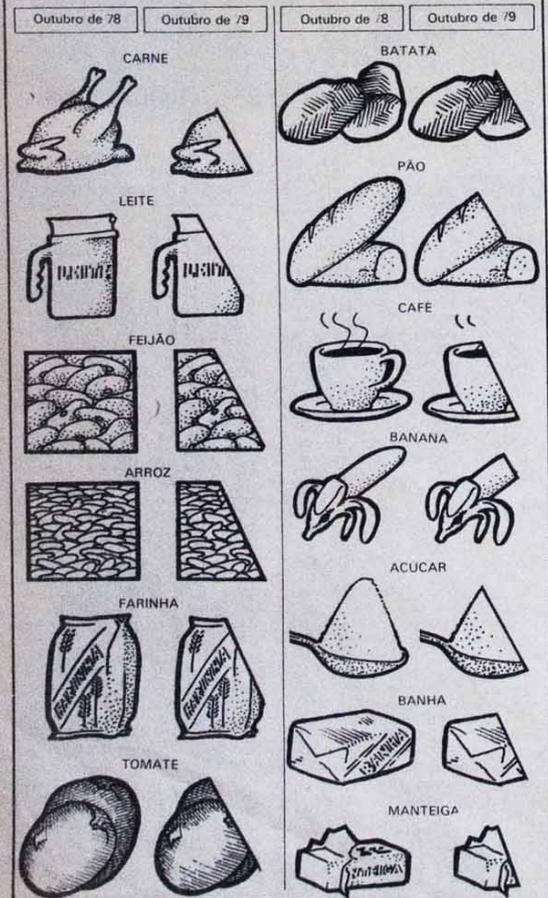
Na fase atual, o que quase sempre acontece é o aumento dos preços, a inflação. As mercadorias encarecem sempre, o Estado emite constantemente novas quantidades de papel-moeda, cada vez mais desvalorizado. Isto porque o mercado atualmente é dominado por umas poucas empresas gigantescas, as quais controlando a produção e o mercado impõem artificialmente preços de monopólio, que normalmente só tendem a subir. Além disso, o Estado capitalista pas-

sou a ter um peso muito maior na economia, fazendo grandes despesas em setores não produtivos (gastos militares sobretudo), e emitindo dinheiro para cobri-los.

O socialismo elimina estas causas pela raiz. A classe dos capitalistas desaparece de cena. A anarquia da «livre empresa» também. Forma-se uma economia única, centralizada em plano nacional. O planejamento econômico, impossível no capitalismo, torna-se uma realidade. O Estado dos trabalhadores produz o que realmente é necessário e harmoniza as emissões de papel-moeda com a produção, impedindo desniveis. O comércio também deixa de visar o lucro. Os preços se estabilizam. Não aumentam nunca. E podem até baixar, com o aumento da produtividade.

No caso particular do capitalismo brasileiro existem fatores extras de inflação. O dinheiro que as empresas estrangeiras investem ou emprestam aqui entra em circulação antes de gerar aumento da produção, puxando os preços para cima. O domínio do latifúndio encarece os produtos agrícolas. O cruzeiro perde constantemente terreno para as moedas mais fortes, encarecendo tudo que é importado. Por isso, a inflação brasileira é de cinco a dez vezes maior do que a dos principais países capitalistas. E por isso as forças do povo, como o Movimento Contra a Carestia, levantam com destaque a necessidade da reforma agrária e do fim do domínio estrangeiro.

Quanto se comia em 78 e quanto se come hoje com o mesmo dinheiro



O trabalhador de salário mínimo, esse herói

Quanto do salário ele gasta com sua própria comida e quanto sobra para o resto.



O POVO NÃO ACEITA PAGAR A CRISE

O 1º Congresso do Movimento Contra a Carestia de São Paulo, realizado entre 15 e 18 de novembro, constituiu-se num passo adiante na luta popular contra a disparada da carestia. Foi representativa: entre os 800 participantes que em média compareceram às sessões do Congresso, estavam 179 donas de casa, 180 operários industriais, 50 trabalhadores rurais, assalariados de diversas profissões, estudantes e representantes de mais de cem entidades, associações, movimentos de massa e de 21 cidades do interior de São Paulo, além de participantes vindos de Curitiba (MTN), Rio de Janeiro, Londrina (PR) e Niterói (RJ).



por condições condignas de subsistência, alimentação, moradia e lazer. Maria Saraiva, delegada representante do bairro de M'Boi Mirim, Capital, observou que a participação no Congresso mostrou que o Movimento Contra a Carestia está nas mãos do povo — das donas de casa, dos trabalhadores, camponeses e estudantes. Mas esta participação precisa ser consolidada e ampliada ainda mais, dando espaço a todas as forças que compartilham destes anseios, inclusive a Igreja. A construção de núcleos do MCC nas pequenas cidades e no campo — uma das principais resoluções do Congresso — serve a esse objetivo.

O Congresso realizou-se em ambiente festivo, começando com músicas cantadas por vários grupos, acordes de sanfona e violão, pela representação de uma peça sobre a vida dos bananeiros do litoral e pela leitura de poemas. As donas de casa, primeiras inspiradoras e ativas participantes da luta contra a carestia, manifestaram-se com vivacidade. Dona Maria, do bairro de Canaã, Capital, disse: "O Movimento Contra a Carestia mostrou o papel da mulher não é ser apenas dona de casa. Ela tem de partir pra luta, participar das greves, dos piquetes. Eu faço um apelo para que todas essas donas de casa que ainda se encontram adormecidas, acordem e venham participar do movimento para que ele cresça ainda mais".

significado dessa união: "as nações mundiais têm dois alicerces, que são como os braços da gente: um é o camponês, o braço esquerdo. E o outro, o direito, é o operário. E eu estou feliz de ver que nesse movimento as pontas dos dedos das duas mãos começaram a se encontrar".

to de subsídios para a produção de alimentos básicos, visando dar apoio aos pequenos produtores. Uma outra ainda propõe o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade (arroz, feijão, óleo, carne, pão e café). Com a preocupação de melhorar as precárias condições de saúde das massas, os delegados propuseram uma campanha pela melhoria do atendimento médico-hospitalar, a construção de mais postos de saúde e o funcionamento efetivo da central de medicamentos para a sua distribuição gratuita à população pobre.

O Congresso considerou uma necessidade urgente criar e fortalecer grande número de núcleos do MCC nos sindicatos, bairros, associações e entidades populares e de massas, como também nas cidades do interior e no campo. Lançou a proposta de realização de grandes manifestações populares contra os aumentos de preços de alimentos, diante de supermercados e indústrias. Os membros do MCC também irão realizar protestos contra projetos governamentais danosos aos interesses populares. E programaram uma ida a Brasília, no ano que vem, para levar suas decisões ao governo. Foi ainda aprovada a criação de uma coordenação estadual do Movimento Contra a Carestia para atuar até a realização do próximo Congresso.

Todos ajudaram. Organizou-se uma creche, trouxeram alimentos, fizeram a limpeza, tudo num clima de alegria, típica de uma festa do povo. Em meio à alegria não faltou a manifestação de tristeza e protesto contra a morte do companheiro Santo Dias da Silva, que foi o presidente de honra do Congresso, este mesmo uma forma de demonstrar que Santo continua vivo na luta de seus companheiros.

Uma das preocupações dominantes foi com a necessidade de unir os trabalhadores para lutar contra o arrocho salarial e a alta do custo de vida. Propôs-se um reforço do movimento pela criação da Central Única dos Trabalhadores, a luta pela unificação das bases das campanhas salariais para aumentar o poder de barganha dos trabalhadores; a regularização dos direitos dos trabalhadores rurais; apoio às greves. E para culminar todo esse processo, a preparação para a realização de uma greve geral de um dia em protesto contra a carestia.

Considerando que o governo, que apoia os interesses das multinacionais, capitalistas nacionais, latifundiários e banqueiros, é o grande responsável pelas duras condições de vida do povo, o Congresso manifestou-se a favor da anistia ampla, geral e irrestrita e da convocação de uma Assembleia Constituinte livremente eleita e por um governo democrático que atenda às reivindicações populares.

Novas lutas, novos núcleos, para unir mais gente

Houve muita troca de experiências. Maria de Lurdes, do Jardim Arizona, Capital, comentou: "Foi ótimo porque a gente pôde botar pra fora um monte de coisa. A gente já ficou calado tanto tempo, né? E aqui a gente conseguiu falar o que queria". Uma delegada que veio de Londrina disse: "Eu vim para o Congresso para aprender". Um delegado de Nova Iguaçu declarou: "Quero falar do que acontece lá e saber o que acontece aqui". Lutas de posseiros em Curitiba, Mato Grosso do Norte, e em Andradina, interior de São Paulo, que os jornais não divulgaram, foram relatadas.

O saldo da longa e ampla discussão sobre 26 temas — feita em plenário e em inúmeros pequenos grupos — foram 50 resoluções com propostas para levar o Movimento Contra a Carestia a uma nova fase.

A Reforma Agrária radical revelou-se uma aspiração muito sentida, tendo sido veementemente referida tanto pelos delegados do interior como pelos das cidades. Ela encabeçou a lista de reivindicações ligadas ao campo, que incluem ainda o cumprimento do Estatuto da Terra e a defesa da soberania nacional — um protesto contra a internacionalização da Amazônia e a penetração das multinacionais na agricultura.

Muito amplo, enraizado no povo simples

O tempo e a cidade iniciaram um diálogo no Congresso. Operários e trabalhadores rurais debateram, discutiram formas de fortalecer o combate comum contra a carestia e por melhores condições de vida e de trabalho. Dona Ana, esposa de Minas Gerais, atualmente morando em Mauá, no ABCD, resumiu com rara felicidade o

Compreendendo que a base desse movimento é a luta ampla e concreta contra os efeitos da carestia, os congressistas procuraram formas imediatas de ação para enfrentar o encarecimento dos alimentos essenciais. Uma das decisões foi criar cooperativas de consumo popular nos bairros. Outra foi exigir do governo o estabelecimen-

O Congresso contra a Carestia foi uma ativa demonstração da decisão das massas populares, afetadas pela política econômica antipopular, de prosseguir a luta

O fantasma de 1935

Os comandos militares estão engajados de noite a sul numa campanha de denúncia do "perigo vermelho", que terá seu auge no dia 27, aniversário do levante armado de 1935.

A comemoração já é rotina. Todos os anos as Forças Armadas assinalam a data com uma profissão de fé anticomunista. Desta vez, porém, a coisa ganhou nova dimensão. Os pronunciamentos tratam mais do presente e do futuro do que do passado. Não escondem seu objetivo de "colocar as esquerdas na defensiva e demonstrar que os pressupostos básicos da revolução (de 1964) continuam imutáveis".

solução mais ou menos tranquila e suave para a crise brasileira. "Ninguém incendiará este país" — os militares falam com quem vê o Brasil na véspera de uma conflagração político-social.

Nem Luis Carlos Prestes é poupado. O sistema toma nota de sua disposição conciliatória, de seus elogios às Forças Armadas. Mas não engole seu passado de presidente de honra da ANL e chefe militar do levante aliançista. O secretário geral do PCB já renegou publicamente 35, que chamou de golpe e aventura militar. Mas ainda terá de bater muito nesta tecla até convencer os ex-companheiros de farda da sinceridade de seu arrependimento.

EM CAMPANHA

O sinal de partida foi dado pelo ministro do Exército, general Walter Pires, com uma denúncia pública da "infiltração comunista na imprensa". No dia 3, o mesmo ministro expediu o "Aviso 155", instruindo os comandantes desde o nível de Exército até o de guarnição.

Surgiu depois um documento oficial, frisando que "as Forças Armadas e as polícias militares não poderão esquecer jamais as páginas de tração, covardia e luta com que os comunistas tentaram violentar os conceitos de pátria, companheirismo e honra".

em seguida, foi a vez do general Ruy de Paula Couto declarar à imprensa que "o que vimos em 1935 serve de alerta para que nossa mãe pátria não fique indefesa, à mercê de grupos de brasileiros que se entregaram ao internacionalismo comunista".

A violência dos pronunciamentos surpreende os que acreditam numa

ANTAGONISMO MORTAL

Para as Forças Armadas, "o fato (1935) é por demais transcendental para que seja esquecido". Foi, por assim dizer, a primeira batalha aberta de uma guerra que prossegue até hoje. O documento citado afirma que "Esse tipo de reação há de se opor sempre às tentativas de comunicação deste país".

Não é um radicalismo apenas verbal. As Forças Armadas orientam seu pensamento e sua atividade pela ideia de que o país está dividido por uma luta permanente. Num campo estão os que desejam subverter a ordem estabelecida, tendo no centro os comunistas. No outro, estão as forças de manutenção desta mesma ordem, em primeiro lugar o Exército, a Marinha e a Aeronáutica.

As cerimônias do dia 27 no monumento da Praia Vermelha e em todas as guarnições militares do país são encaradas como mais um episódio desta guerra sem quartel.

Dona Ana de Mauá fez uma das colocações mais aplaudidas de todo o Congresso



"Estou emocionada porque não sei falar. Ninguém me ensinou. Muito contente de ver essa luta do Congresso espalhada por todo o Brasil — no Estado de São Paulo, onde o camponês sofre e não tem nem roupa pra se vestir. Eu vou falar da expulsão da terra. Eu fui expulsa. Não foi só eu, foi muita gente, da vontade de chorar. Me vem água nos olhos, meus senhores. Esta água é sangue, sangue de camponês que já vi

tava pegar. Nós tínhamos de tudo na nossa casa. Mas o dia que ele tirou nós da fazenda — foi fome. Foi fome e até hoje eu não estou mais vendo fartura no Brasil. Porque acabou meu pedacinho de terra. Não foi só meu, foi muitos os que (ele) tirou. Foi tomada muita terra, foi roubada; e ela precisa voltar pra mão de nós.

Por isso eu estou contente, porque são dois braços que segura todas as nações mundiais. (Eu sou analfabeta, mas sei o que é mundial). E os braços que sustentam toda nação, rica e pobre. É braço de camponês, meus senhores. Depois vem o braço do operário, que é esse esquerdo. Depois estou contente porque esse braço está começando a pegar nas pontinhas do dedo do direito. E vamos unir! Mas vamos unir mesmo! Porque eles não vão dar essa terra para nós viver. Eles não vão dar de mão beijada não.

Vocês lutam agora — porque eu tô velha e já vou cansar. Mas tem meus netos e vocês todos vão lutar. Eu estou vendo, meus senhores, a luta contra a carestia. Vamos fazer a luta contra a carestia. Vamos fazer uma luta pelo nosso salário, que é um salário de fome e de miséria — não dá mesmo. Os exploradores estão matando todo o nosso povo de fome. Eles querem vender uma lata de óleo, que compram por Cr\$ 10,00, por Cr\$ 30,00 ou Cr\$ 40,00. Mas vão passar fome, eles. Porque se o povo não plantar, vamos passar fome mais do que tá. A coisa vai ficar pior. Porque se não tem lá (no campo) a cidade muito menos vai comer.

Fala o Povo

Estamos recebendo um já considerável número de cartas. Pedimos aos nossos correspondentes voluntários que escrevam relatando acontecimentos e lutas concretas. E que façam um esforço para não se alongar. Procuraremos dar integralmente as correspondências, fazendo alguns cortes apenas para garantir espaço a todos e em pontos que não sejam essenciais. a) A Redação.

Lembrando o massacre de Ipatinga

Tínhamos naquela época um sindicato bastante combativo. Vivíamos (como até hoje) sob intensa repressão e exploração; se chegássemos dois minutos atrasados, perdíamos o dia de trabalho e o domingo remunerado; péssimas condições de trabalho e um arrocho salarial muito grande. Por causa da minha participação na luta passei a ser perseguido pela polícia. (...) Existia também um forte aparato policial; depois das 10 hs. não se podia mais circular nas ruas.

Então, mais ou menos em outubro de 63, por intermédio do sindicato, tirou-se a greve. Queríamos 60% de aumento e a contraproposta dos patrões era de 30%; fomos à greve.

"Chegou a polícia com uma metralhadora..."

Formamos piquetes às 6 horas da manhã, em frente ao portão principal. Tudo pacificamente. O objetivo do piquete era informar aos operários que ainda não tinham conhecimento do movimento grevista, visando a adesão geral. (...)

Mas em torno das 7-8 horas, chegou a polícia, numa caminhonete, com uma metralhadora (pesada) montada em cima, já apontando para os piquetes.

Então, um elemento — que só podia ser infiltração policial no nosso meio — jogou uma pedra na polícia. E a polícia respondeu imediatamente com fogo cerrado de metralhadora.

Alguns operários tentaram se refugiar atrás de uma via férrea, outros correram, criando-se verdadeiro pânico entre os operários. (...) Ficaram vários feridos e morreram na hora uns 16 operários. E uma bala me atingiu na virilha. Depois a polícia fez manobra, com a metralhadora ainda funcionando e passou em frente ao hospital; o mesmo fez frente a Estação — morrendo aí uma mulher grávida. Rumou em seguida para Coronel Fabriciano, refugiando-se num morro.

"Então a revolta se generaliza"

Então a revolta se gene-



raliza entre os operários e foi cercado o morro. Os policiais passaram uns 4 dias refugiando-se nesse morro com os operários em sua volta. (...)

Foi aí que o secretário da Segurança Pública interveio — querendo pacificar — prometendo que a polícia já ser julgada e os culpados teriam o castigo merecido. Mas não tem prisão que pague a morte de nossos companheiros.

Depois de tanto corre-correr, fizeram um acordo de se retirar todo o policiamento da região. Mas foi pior, pois começaram todo o dia a serem assassinados operários pela infiltração policial. Só sei que depois de tudo tínhamos um saldo de mais de 50 operários mortos.

Os patrões imediatamente deram nosso aumento.

"A repressão em cima da classe operária não vem de hoje"

E hoje, quando vejo se repetir o mesmo, operários sendo mortos só porque lutam por melhores condições de vida e de trabalho, isso revolta mais ainda. Porque sabemos que a repressão em cima da classe operária não vem de hoje e sempre fomos enganados.

Hoje o general Figueiredo, que no passado foi chefe do SNI (responsável pela morte de centenas de patriotas), quer se disfarçar de patriota para mais uma vez tapear o povo.

Mas se enganam os patrões, os generais fascistas e todos os estrangeiros exploradores de nossa classe operária e de nosso povo. Nós não nos deixaremos mais ludibriar — pois chegou no ponto em que o açúcar não tem mais condições de deterer.

O general Figueiredo é o que existe de mais perigoso — pois quer se disfarçar de amigo, gastando verdadeiras fábulas e ao mesmo tempo prende, assassina centenas de cidadãos.

Cadê a anistia? Os operários não podem mais fazer greve. Os camponeses são expulsos de suas terras (como é o caso de Turmalina).

"Tenho certeza de que a luta continua"

O que vejo hoje é que nós, operários, temos de nos unir cada vez mais, inclusive com os pequenos burgueses que estão também sofrendo, ou seja, um todo o povo brasileiro contra esta ditadura. Depois, nós, operários, acertaremos contas com todos os burgueses e construiremos um verdadeiro socialismo para o nosso povo (...)

Hoje encontro-me quase paralisado. Creio eu que foi resultado da bala que recebi, porque depois de uns 2 anos veio a tremedeira nas pernas. Mas tenho a certeza de que a luta continua.

(L. Tárceia — Bairro Bela Vista - Belo Horizonte, MG)

Jequitinhonha: cresce a miséria

Aproveitando o embalo quero falar sobre o que acontece lá na minha região, o Vale do Jequitinhonha. Que até então estava dormindo, lá pelos anos 74, 75, e acordou com máquinas e multinacionais invadindo seus campos. A região, que já era pobre, ficou mais ainda depois que essas empresas lá chegaram, umas plantando café e a maior de todas, a Acesita Florestal, fazendo reflorestamento nas cidades de Carbonita, Itamaraliba, Capelinha e Turmalina.

O pequeno proprietário foi ludibriado e vendeu suas terras a esses gangsters, abandonando o lugar onde morava. Por pior que fossem as condições, lá ele podia ter uma vaca, uma galinha e plantar uma horta ou um quintal. Todos os seus sonhos e esperanças vão por água abaixo, pois encontra um meio totalmente diferente do de onde veio; e da condição de produtor ele passa à de consumidor das coisas vindas de Belo Horizonte. E tem de sobreviver com um salário de fome, menor que o pago na capital. Tudo chega mais caro e de má qualidade. Trabalha

com sol ou chuva, das 5 da madrugada às 4 da tarde, plantando e replantando eucaliptos ou café. Agora o trabalho está acabando e a Acesita está desistindo do pessoal; e eles não têm para onde ir. O que fazer agora? O trabalhador está na rua, não tem mais terra nem nada. Uns vão para o sertão, cortar lenha para as carrovoarias em condições sub-humanas. Outros vão para os grandes centros — para alguma favela onde se mocambo, onde seus filhos terão mais facilidades de chegar à prostituição e à marginalidade. Este é o progresso do curral da Arena que prexam os politiqueros e os jornais oficiais. Gente pedindo esmolas, gente saindo de uma minoria. Até quando essa dor? E de pensar que os ladrões eleitos por aquela região não fazem nada: o bionício Murilo Badaró é de Minas Novas, cidade na mesma condição; o paul-de-arara Francilino Pereira (governador eleito por Geisel) e o prefeito de Belo Horizonte, Maurício Campos, que foi deputado por lá. E desse jeito vai vivendo o Gerais. (Benedito Porto - MG)

Contagem: toda a água para a FIAT

Já que esse jornal diz que o povo pode falar nas suas páginas, eu queria relatar uns problemas daqui do bairro Moro no Eldoradozinho, (bairro de Contagem), uma região que não tem água nem esgoto. Diante disso, um grupo de moradores resolveu criar uma associação chamada União de Defesa da Comunidade, que vem lutando muito pela melhoria da situação daqui. Já fez até uma caminhada de saúde para ver se as autoridades olhavam para os problemas que enfrentamos. Teve muita gente. Mas a Copasa diz que não tem mais condição de dar água aos bairros antes de 1985, porque a FIAT tá gastando tudo. Agora eu pergunto: por que uma firma estrangeira tem direito a água (dizem que pagando muito pouquinho) e nós, que somos brasileiros, não temos direito?

A situação do povo nunca

esteve tão ruim. Eu acho que a culpa é desse governo que só sabe pôr polícia em cima de trabalhador. Quando é para atender o povo, eles inventam desculpa e deixam a gente na mão.

Olhem: a Copasa é do governo, mas quando os moradores foram lá eles receberam muito mal. Aqui em Minas os estrangeiros estão levando nosso minério e destruindo as montanhas, como a Mineração Brasileira Reunidas está fazendo. Isso o governo até ajuda, construindo estrada de ferro. Mas quando o povo pede uma coisa ele faz que não escuta ou então faz promessas só para enganar.

O que eu sei é que esse governo não gosta de nós. (Sônia Santos - Contagem, Minas Gerais)

Na Volkswagen: superexploração

Estamos torcendo para que esse jornal seja mesmo uma tribuna da classe operária. Muitos jornais apareceram por aí e também disseram que eram dos trabalhadores, mas na verdade acabaram virando jornais de fora para dentro das lutas operárias e estão a serviço de grupos. Nós ficamos muito entusiasmados com a idéia de criarmos os correspondentes de fábrica. Vamos levar em frente essa idéia. De vez em quando nós vamos escrever para vocês contando nossos problemas aqui na Volkswagen; temos dois problemas que relatar já.

Um é o desemprego e as demissões que não dão segu-

rança para nossa família e outro é o horário de trabalho e as compensações. Além da insegurança que a rotatividade nos traz, os turnos de trabalho acabam com nossa vida familiar e social, não permitindo que a gente estude e, o pior de tudo, acabando com a nossa saúde. A gente não dorme direito, não come direito e não consegue organizar as coisas.

Nós gostaríamos que o jornal fizesse um estudo sobre a rotatividade e sobre horário de trabalho.

Agradecemos a atenção e breve voltaremos. (Um grupo de trabalhadores da Volkswagen)

Na Komatsu, uma greve de solidariedade

A greve dos operários metalúrgicos da Komatsu, em Suzano (SP), já alcançou 22 dias. A paralisação é total. 1.323 trabalhadores estão participando do movimento iniciado em protesto pela demissão de um companheiro, logo após a realização de uma assembleia dos operários para levantar suas reivindicações. Começada a greve, os trabalhadores decidiram aproveitar também para fazer as reivindicações aprovadas em assembleia. O movimento grevista foi julgado ilegal pela Justiça do Trabalho. Mas nem isso, nem as ameaças de repressão

Protesto contra assassinato de Santo



Choramos nesta triste data a perda irreparável de nosso irmão Santo, perda esta causada pela atual situação em que vivemos — pois ele tombou lutando para dar melhores condições de vida a seus filhos e esposa. (...)

Por isso eu pergunto ao senhor secretário de segurança pública: onde está a segurança de nossos pais, maridos e filhos que trabalham?

Justiça, palavra bonita de se falar, mas tão triste de pronunciar, pois ela não chegou até os pobres operários que fazem a grandeza deste país. Não pensem que eu conheci este herói que tombou lutando.

Sou somente uma assalariada, mãe de família e dona-de-casa; ao ouvir tal notícia na televisão senti uma enorme revolta e uma tristeza sem fim em saber que um operário morreu porque queria dar melhores condições de vida a sua família; e a polícia, que deveria ser a primeira a defender o povo se volta contra ele e mata sem piedade. Talvez para ela o povo é os patrões, os donos das multinacionais que se enriquecem às custas destes pobres operários, que ganham uma miséria, que não podem enfrentar o custo de vida que sobe assustadoramente. (Sônia - Jardim Clem., São Paulo)

Apoio permanente aos trabalhadores

Gostaríamos de informar que no dia 11 de novembro o comitê de apoio à greve dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos decidiu constituir um Comitê permanente de apoio à luta dos trabalhadores para, segundo documento divulgado na ocasião, "garantir uma rápida articulação política de amplos setores da sociedade, uma ação conjunta e efetiva pelo exercício do direito de greve e contra a repressão policial que se abate sobre os trabalhadores". No mesmo dia formou-se uma comissão provisória para estruturação do Comitê, composta pelas se-

guintes entidades: Sindicato dos Jornalistas de SP, Comitê Brasileiro pela Anistia, Movimento contra a Ceresista, Associação de Professores do Ensino Oficial de SP, Frente Nacional do Trabalho, Comando Geral de Greve dos Metalúrgicos e União Nacional dos Estudantes. (O Comitê)

Para as mulheres, meia ração

Nós queremos cumprimentar vocês pelo TLO porque achamos que precisa mesmo ter um jornal dos trabalhadores. Também queremos aproveitar a ocasião para protestar contra a vida de cachorro que a gente leva lá na São Paulo Alparagatas. Um dos graves problemas que existe lá é o da comida. Lá as mulheres só podem comer uma colherada de arroz e os homens duas colheresadas de arroz.

Quer dizer que, além do absurdo da "ração" para qualquer trabalhador numa jornada de serviço, as mulheres ainda são descaradamente discriminadas, pois têm direito somente à "meia ração", apesar de trabalharem o mesmo número de horas e apresentarem a mesma produção.

Temos que dar um jeito nessa situação. (Um grupo de trabalhadores da São Paulo Alparagatas)



O prefeito vai pedir demissão?

"Um, dois, três/ voltamos outra vez..."

Assim, aproximadamente 500 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, chegavam em frente ao prédio da Prefeitura, no Ibirapuera, no dia 12 de novembro. A pequena multidão explicava, através dos versos, o que estava fazendo ali.

"Quatro, cinco, seis, / É a creche desta vez

Sete, oito, nove/ É o povo que resolve".

É que nesse dia o prefeito de S. Paulo, Sr. Reinaldo de Barros, tinha prometido que receberia todas as pessoas do Movimento da Luta por Creches. Aliás a promessa foi feita perante uma comissão de 40 pessoas, incluindo a deputada estadual Irma Passoni e o vereador Benedito Cintra com a cobertura da imprensa. Prometeu ainda que iria construir 830 creches diretas (construídas, equipadas e mantidas pela prefeitura) e chegou até a afirmar que se não conseguisse as creches se demitiria do cargo.



Pois bem, conforme o combinado, o Movimento de Luta por Creches foi até a prefeitura, no dia 12 de novembro. Mas o prefeito se recusou a receber o pessoal, alegando que não é possível receber caravanas tão numerosas, pois "não me sobriaria tempo para outros trabalhos".

Diante da impossibilidade de se falar com o prefeito, os populares manifestaram sua indignação, através de uma assembleia organizada no salão de recepção. Várias mulheres denunciaram a situação das crianças da periferia, que mais uma vez tinham sido enganadas pelas falsas promessas do

prefeito que "não recebeu a gente porque somos pobres". "Se nem a promessa de receber a gente ele cumpre, imagina se podemos acreditar que ele vai construir as 830 creches prometidas" — declarou uma das participantes do Movimento.

No final da assembleia, o assessor do prefeito, Sr. Toffi Chibrán, anunciou a construção de apenas 26 creches na região sul, apesar das próprias autoridades considerarem que "só na área de Campo Limpo seriam necessárias 160 creches". Entretanto, mesmo encontrando sérias dificuldades por parte das autoridades que não querem ouvir as reivindicações, o Movimento de Luta por Creches continuará reivindicando creches gratuitas pois "temos o direito de poder contar com boas creches, porque nós trabalhadores pagamos impostos para isso, e as crianças devem interessar a toda sociedade, como futuros trabalhadores". (M. Amélia de A. Telles do Mov. de Luta por Creches, S. Paulo)

Afinando a viola

Música dedicada ao 1º Congresso Estadual de Luta contra a Carestia. Afinamos a viola de um monte de companheiro quem enriquece a nação merece cantar primeiro quem vive explorando a gente Vai cantar por derradeiro. Acabar com esse aparato de um monte de onulento quem vai procurar trabalho não é mau elemento bandido é quem nos persegue sem respeito ou sentimento. Por toda parte se escuta todo mundo reclamando os preços dos alimentos

que sem parar vão chegando de uma altura que o salário de ninguém tá alcançando. Por isso estamos chamando todo mundo pra se unir para formar comissão e do governo exigir congelamento das coisas que o povo mais consumir. Nós temos que resistir a essa bruta escalada que faz o custo de vida a uma altura danada que o dinheiro que se ganha no final não dá pra nada.

(Aparecida, favela da Ponte Rasa, São Paulo, capital)

Estudantes detidos

Somos secundaristas e, como a grande parcela da população brasileira, estamos enjoados na luta por melhores condições de vida, por mais verbas para Educação, pela volta dos exilados... É justamente quando estávamos fazendo o anúncio da volta de mais um exilado — João Amazonas — fomos surpreendidos por 5 viaturas da PM, Táctico Móvel, fortemente armados — inclusive com metralhadoras.

Fomos então encaminhados ao 4º andar do DOPS, sob o fascismo e o canalhismo dos investigadores, que após interrogar-nos um a um (fêramos 7) nos libertaram em grupos de dois. Este acontecimento é mais uma prova de que a repressão continua de pé, disposta a calar, bater e intimidar aqueles que lutam pela verdadeira democracia, não aceitando a falsa abertura do governo. (Eusiel S. do Rego e Luiz Bezerra, SP)

Os cassetetes da abertura

Para a imprensa oficial foi um fracasso. Para as declarações públicas, foi um fracasso. Mas, o mais importante: para nós, trabalhadores, nossa greve foi e é uma vitória, sentida em nossas veias, sentida em nosso suor.

Conseguimos reabrir as negociações e, mais importante que isso, sentimos nossa força e a importância de nos organizarmos, seja dentro das fábricas, seja nas reuniões com os companheiros de outras fábricas.

Sentimos também a importância do nosso sindicato e como uma diretoria formada por trabalhadores honestos, que defendam os interesses da categoria teria fortalecido a nossa luta. Havia sido aprovado em assembleia que sairia um número do jornal do sindicato contando a realidade da nossa luta. Mas a diretoria pelega não fez isso até agora e, se o fizer, será para jogar lama em nossa greve, porque ela não foi assumida pela diretoria e sim pelas oposições e pela base. Foi uma greve tirada de baixo para cima, onde os comandos foram assumidos por aqueles que tinham alguma representatividade e tinham assumido a luta desde o início. Esses comandos foram engros-

sados por companheiros que durante a luta foram sobressaindo. É a chamada "liderança natural" que existe em todos os lugares de trabalho.

A repressão policial nos atacou com violência para parar nossa luta, para nos levar à derrota, mas o que eles conseguiram foi que todo o povo visse que tipo de "abertura política" é essa que estão querendo nos vender. É a abertura em que se assassina e espanca trabalhadores. Tenho companheiros com as costas marcadas pelos cassetetes da abertura, e a dor que nossos olhos sentem ao ver essas marcas é a força que nos impulsionará para a luta. Não temos medo da morte, não temos medo de espancamentos ou prisões, tememos, isto sim, que nossos filhos continuem sendo tratados como animais. Queremos construir um mundo mais digno para nós trabalhadores, um mundo em que sejamos respeitados, onde nossa voz seja ouvida, onde tenhamos liberdade.

Sabemos que a greve é uma das etapas, uma das nossas formas de luta. E toda vez que a sentirmos necessária, lançaremos mão dela. (Lays Machado, do Comando Metalúrgico da Zona Oeste - SP)

Apoio à Tribuna Operária



João de Deus da Silva, nascido a 27 de março de 1928, filho de operários de Recife, começou a trabalhar aos

16 anos. Em 1946 — começou a participar da luta da classe operária. Em 1949 — entrou como mecânico na imprensa popular (Folha do Povo). Em 1951 — passou a trabalhar em São Paulo, no jornal Notícia de Hoje. Até 1957 — foi membro da Intersindical na capital paulista. Em 1958 — já no Rio de Janeiro — vai trabalhar na General Electric. Após o golpe militar de 1964, quando trabalhava na ENM, foi incluído na lista de cortes. Em 1968, eleito diretor do sindicato dos metalúrgicos, é cassado. Hoje faz o que pode para ajudar o movimento operário. Permanece na luta mesmo sem uma das pernas — amputada em maio do ano passado. Do hospital, João de Deus mandou seu apoio à Tribuna: "É um jornal que vai ajudar o movimento operário; vamos trabalhar juntos".

Companheiros da Tribuna da Luta Operária: li o jornal, gostei, vou ajudar de acordo com minhas possibilidades. Acho que a classe operária, a classe mais revolucionária da sociedade, precisa de um jornal que fale a sua linguagem, noticie com destaque suas mobilizações e interprete a realidade do seu ponto de vista. A imprensa independente tem dado boas contribuições, mas em hipótese alguma, no momento atual, exclui-se a necessidade de um órgão com as características da Tribuna.

O programa que o jornal apresenta é claro: lutar ao lado da classe operária no presente, para sua libertação futura.

De passagem gostaria de sugerir que a Tribuna abordasse com bastante intensidade a crise econômica, política e institucional da ditadura. Por certo vai ajudar a educação política das massas populares. Outra sugestão é ilustrar mais o jornal. (Valdêlio Santos Silva - Ex-presidente do DCE - UFBA).

Aposentadoria, uma ilusão

Chegou às minhas mãos a carta de uma operária aposentada, relatando a situação de total desamparo em que vive. Embora eu não enfrente o mesmo problema, achei que ela deveria ser divulgada, e manifestei minha solidariedade com essa trabalhadora. (Maria Cecília-RJ).

Eu sou uma operária. Comecei a trabalhar em 1940 em Paracambi (Rio de Janeiro), como tecelã na Fábrica Brasil Industrial. Tinha cerca de 16 anos. O salário de 80 mil réis me cobria bastava apenas para "minha" alimentação. Morava com uma família, a custa de trabalhos extras que fazia nas horas vagas, lavando e passando roupa, cozinhando para as pessoas dessa casa.

Por volta de 1944, adoecei e fui obrigada a sair da fábrica. Em 1945, fui trabalhar novamente como tecelã na Cia. América Fabril, em Deodoro, onde permaneci como operária até dezembro de 1978.

Hoje, após todos esses anos de trabalho, com que eu contava por dias melhores, vejo escorregar todas as minhas esperanças e ilusões. Por que não senti e não vi realização nesses 36 anos de trabalho? Porque o que recebo como gratificação desses anos é Cr\$2.474,00. Ainda hoje tenho que lavar roupa para fora, para ajudar na manutenção de minha família. Então, a única compensação que os tecelões têm é a surdez, o nervosismo, e a aposentadoria que, de fato, pelo que vale, não serve para nada.

Pedimos justiça para cada gota de suor, para cada ano de serviço que prestamos. Julguem essas linhas onde uma simples analfabeta (a carta foi ditada) pede a melhoria de condições de vida dos operários aposentados, que têm por direito encontrar estabilidade para si e para sua família. (Uma moradora do Morro do Borel - Rio de Janeiro)



Recado aos rodoviários cariocas: votem na Chapa 2

Através da Tribuna Operária, queremos nos dirigir aos companheiros rodoviários do Rio de Janeiro:

O sindicato será o palco das futuras batalhas. Lá se dará toda a evolução do combate dos rodoviários. A organização, a capacidade de organização da categoria e a sua consciência serão fatores de muita importância na abertura e no desfecho da luta sindical.

O sindicato é um ponto estratégico para a categoria. É um terreno de passagem obrigatória na luta por melhores salários, por melhores condições de trabalho e de bem-estar.

Lutar para conquistar o sindicato é uma tarefa imediata e urgente.

Mas o sindicato está dominado pelos inimigos da

categoria. Está nas mãos do ministério do Trabalho. Este é que julga o dissídio coletivo, que mata de fome todos os trabalhadores e imprime as condições sub-humanas em que vivemos; que faz as leis que regulamentam e legalizam a miséria, a fome e a miséria. Esse ministério criou leis que regem o sindicato tal como ele quer, fez do sindicato um instrumento de opressão e não de defesa da categoria.

Lutar para reconquistar o sindicato é uma tarefa de todos os rodoviários.

Combater os pelegos da atual diretoria. Fechar o cerco gradativamente contra o pelego, pois será muito difícil venceremos o aparelho sindical pelego de uma hora para outra. Unir a categoria contra a falsa ilusão de que o minis-

tério e as leis estão a nosso favor. Romper definitivamente com as "boas intenções do Estado" que diz querer nos ajudar. Atacar decididamente os pontos que ainda estão obscuros, no desenvolvimento da luta; pontos estes que confundem e semeiam ilusão entre nossos companheiros, fazendo com que o futuro fique incerto e passe a ser uma questão de sorte. Enfim, politizar os companheiros é a única forma de luta que permite romper o cerco que nos foi feito; a única forma de luta que permite passarmos para a ofensiva.

Cercar os que nos cercam e bombardeá-los até o último suspiro.

O primeiro passo: VOTAR NA CHAPA 2. (Núcleo de Amigos da Chapa 2)

Comissão vai a Jari

Dia 26 de novembro, o Movimento de Defesa da Amazônia de São Paulo vai enviar uma comissão de parlamentares populares, sindicalistas, cientistas, representantes do Movimento Contra a Carestia, para fazer uma visita ao feudo do norte-americano Daniel Ludwig, o projeto Jari. Sua área é muitas vezes maior que a de muitos países da Europa. Ali nem o exército brasileiro tem quartéis. Pode ser classificado como um enclave colonial. O governo brasileiro até o momento tem se negado a ouvir as denúncias que apontam para o perigo de o Brasil perder de vez a soberania sobre aquela área. Tem concedido todo tipo de incentivos e favores ao milionário americano. O operário Sano Dias da Silva, assassinado recentemente pela PM, durante a greve dos metalúrgicos, seria um dos integrantes da comissão, cujo lugar não será substituído, como forma de homenagem do Movimento de Defesa da Amazônia ao companheiro assassinado. O MDA de São Paulo convida a todos a participar de sua próxima reunião, dia 1º de dezembro, sábado, às 14,00 horas na sede à rua Augusta 719, sobreloja 3, fone: 257-8225.



Os argentinos resistem

O general Figueiredo brevemente irá visitar a Argentina, a convite do general Videla. Vai dar apoio à mais cruel tirania da América Latina, que por isso mesmo se encontra politicamente isolada. A seguir, uma entrevista, enviada de Buenos Aires por um líder operário metalúrgico, que relata as atrocidades da ditadura militar e a luta de resistência do povo argentino. Luta que merece a irrestrita solidariedade dos democratas brasileiros.

TLO — Quais foram as causas do golpe militar de 24 de março de 1976?

Metalúrgico — A experiência reformista do peronismo, que tentou assumir um novo caráter após a volta de Perón, em 1973, representou um novo fracasso, com sucessivas concessões ao imperialismo. A classe operária, que prosseguia na busca de uma saída proletária para os grandes problemas nacionais, após sua quase sublevação de maio de 1969 (o Cordobazo), já estava rompendo os limites impostos pelo governo de Isabel Perón. Em face disso, o imperialismo e a oligarquia argentina decidiram lançar mão do fascismo.

TLO — O que significaram o golpe e a atual ditadura militar para a classe operária argentina?

Metalúrgico — No plano político, a ditadura propôs-se a destruir o conjunto das forças antiimperialistas e democráticas que cresceram no país nos últimos dez anos, atingindo não somente as organizações armadas, mas também assassinando ou encarcerando dirigentes proletários e de outras organizações de massa, intelectuais e artistas ligados ao povo. Os métodos da Junta Militar tiveram como resultado mais de 8 mil assassinatos, 8 mil desaparecidos, 10 mil presos políticos e cerca de 750 mil exilados. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e os sindicatos mais representativos sofreram intervenção e uma ampla legislação repressiva suspendeu a vigência do conjunto das liberdades e direitos fundamentais. Toda a legislação trabalhista foi modificada, em particular a Lei das Associações Profissionais, visando desarticular o movimento operário argentino.

TLO — Quais são os efeitos do plano econômico posto em prática pelo ministro da Economia Martínez de Hoz?

Metalúrgico — O plano

econômico do regime militar beneficia apenas as multinacionais, os monopólios e o setor agroexportador, descarregando todo o peso da crise sobre as massas trabalhadoras. As condições de vida da classe operária, atualmente, sofreram um agravamento sem precedentes, com a queda do salário real aos níveis mais baixos já registrados desde o início do século, somado ao mais alto índice inflacionário do mundo, de cerca de 160%, somente este ano.

TLO — Como está se dando a oposição da sociedade argentina ao regime ditatorial?

Metalúrgico — Atualmente, a ditadura enfrenta sérias dificuldades. Sua conduta criminosa vem merecendo o repúdio de todos os povos amantes da liberdade, apesar de seus esforços para limpar sua imagem sangrenta, como a manobra propagandística do campeonato mundial de futebol do ano passado. Ao mesmo tempo, não conseguiu superar os problemas existentes no plano econômico, e não conseguiu elaborar um plano político para sua manutenção no poder. E essas dificuldades têm sua origem na resistência do povo argentino. A repressão aos direitos humanos fez com que diversas entidades e os mais variados setores da sociedade iniciassem campanhas para o esclarecimento dos milhares de casos de desaparecimentos e mortes. Setores da pequena e média indústria estão repudiando a política econômica do regime.

TLO — Qual é o papel desempenhado pela classe operária nessa luta antiditatorial?

Metalúrgico — O mais ativo adversário do golpe militar foi o proletariado. No mesmo dia do golpe, mais de 100 mil operários entraram em greve, como expressão de repúdio aos militares fascistas. E, desde então, passando por cima de uma legislação que pune com penas de prisão de quatro ou mais anos, empenham-se em sucessivas ondas de conflitos que se propagam cada vez mais. No mês passado, dezenas de empresas foram paralisadas por milhares de operários, que reivindicavam aumentos salariais — obtendo vitórias na maioria dos casos. Não há dúvida de que o proletariado é o principal obstáculo aos planos ditatoriais, e que os fascistas não conseguirão derrotar. As lutas antiimperialistas e democráticas estão hoje nas mãos da classe operária.

Militares unificam repressão na América

No início de novembro, delegações militares de 16 países americanos se reuniram em Bogotá, na XIII Conferência de Exércitos Americanos, tendo como tema principal a discussão de formas de combate à «subversão esquerdista na América». Durante cinco dias, oficiais da Argentina, Brasil, Chile, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, Suriname e Colômbia mantiveram contatos a portas fechadas, para elaborar um plano para «controlar de forma conjunta a subversão esquerdista» latino-americana. O plano aprovado foi proposto pelo comandante do exército argentino, gal. Roberto Viola.

O seu objetivo é oficializar as operações clandestinas realizadas pelos órgãos de repressão do continente — para os quais inexistem obstáculos como fronteiras ou

soberania nacional — e faz parte de um antigo processo desencadeado sob a orientação do imperialismo norte-americano para conter os movimentos populares e revolucionários na América Latina.

O resultado dessa política foi a implantação, nos últimos 15 anos, de ditaduras militares, na maioria dos países do continente, conforme mostra o mapa ao lado. Atualmente, os regimes militares estão entrando em declínio. A política do governo Carter tem sido a de tomar uma distância prudente desses regimes mundialmente repudiados pelos seus crimes contra os direitos humanos. Mas isso não quer dizer que não vejamos com bons olhos o plano dos militares latino-americanos de coordenação continental da repressão. Tanto que os representantes do exército dos Estados Unidos não deixaram de comparecer.

No mapa da América Latina, os países que aparecem em branco são os únicos que não estão sob o domínio de regimes militares.



Como derrubar uma ditadura em 15 dias

Os bolivianos estão fazendo inveja a muita gente, neste continente tão cheio de ditaduras militares. Eles se livraram da sua num prazo recorde. O coronel Natush Bush nem teve tempo de esquentar a cadeira presidencial. Foi posto na rua 15 dias depois de dar o golpe. O presidente agora é uma mulher, Lídia Tejada, eleita pelo Congresso com a missão de conduzir o país a eleições democráticas.

O segredo da vitória: um movimento de rebelião nacional que levantou a população em peso e não deu tréguas aos golpistas.

A alma viva da resistência foi a classe operária, a classe das lutas legendárias, dos mineiros de «Siglo Veintiuno» e «Catavi». Enquanto uma greve geral parou o país, a COB (Central Operária Boliviana) manteve-se firme durante a crise, recusando-se a compor um governo de conciliação juntamente com Bush. Outro fator-chave foi os protestos populares, principalmente em La Paz. Eles custaram a vida de 200 pessoas, mas continuaram mesmo depois que Bush mandou a aviação metralhar as manifestações. Pessoa também a atitude digna do presidente anterior, Guevara Arce, e do Congresso, que se dobraram aos golpistas.

Diante dessa resposta, as Forças Armadas, que num primeiro momento acataram o golpe, terminaram se dividindo. E Bush, sem apoio interno nem diplomático, teve de retirar-se melancolicamente.

Agora ecoa na Bolívia um grito bem conhecido de todos os latino-americanos: «O povo, unido, jamais será vencido».

Resta saber o caminho que o país tomará. Os fatos deste 204º golpe boliviano não foram eliminados. Nada indica que os militares não retomarão sua ocupação predileta quando não estão no poder: conspirar para tomar o poder.

Resta também esclarecer o papel do governo brasileiro na história. Rumores insistentes apontam-no como cúmplice do golpe. E citam fatos: as reuniões reservadas entre Bush e o adido militar brasileiro em La Paz, a adoção de técnicas repressivas brasileiras pelos golpistas, o interesse de Brasília em salvar o acordo do gás, condenado na Bolívia como contrário à soberania nacional.

As surpresas do Irã



A crise no Irã tem todos os ingredientes de uma receita explosiva: os EUA envolvidos, a URSS na vizinhança, um povo à procura de seu caminho, muito petróleo, muito dinheiro. E ainda a ocupação da embaixada americana e o seqüestro de seus funcionários por uma multidão de jovens iranianos, que exigem a extradição do deposto xá Reza Pahlevi.

Carter: defendendo o xá

A temperatura da crise aumenta sem parar. O Irã suspendeu a venda de petróleo aos EUA, decidiu retirar seus

depósitos em bancos norte-americanos, e quer levar o problema ao Conselho de Segurança da ONU. Washington congelou os depósitos do Irã, decretou o «estado de emergência nacional», enviou o porta-aviões Midway e outros navios de guerra para o Golfo Pérsico. Fala-se também num plano de ocupação de três ilhas do Irã, como medida de retaliação. Dentro dos EUA, os «falcoes» recomendam o uso da força bruta. Em meio a um clima exaltado, mal se ouve a opinião dos próprios reféns. «Carter, deveria preocupar-se mais conosco do que com esse xá cretino», disse um deles, o fuzileiro naval Kevin Hermenting, em carta a sua mãe, noticiada sem nenhum desta que pela imprensa americana.

O governo Carter dá toda ênfase ao problema diplomático criado com o ataque à embaixada. Aproveita-se da forma discutível que os iranianos escolheram para exprimir seu protesto. Trata de deixar na sombra o outro lado da moeda — a proteção dos EUA a um homem condenado por seus compatriotas como culpado de crimes contra a humanidade.

Enquanto isso, os iranianos dizem que não ocuparam uma embaixada e sim um de

espionagem. Com a benção do ayatollah Khomeini, centenas de milhares de pessoas desfilam diante do prédio ocupado, gritando palavras-de-ordem antiimperialistas. O governo de Bazargã, acusado de moderação excessiva, sucumbiu nas ondas da crise. Depois da expulsão do xá e da derrubada do primeiro ministro Bakhtiar, o Irã parece estar vivendo a terceira batalha de sua revolução.

A revolução que assombrou o mundo

Mas que revolução é essa? O processo iraniano dos últimos anos é um dos mais complicados e contraditórios de que se tem notícia. Enganoso americanos, russos e chineses, que apostaram no xá até o penúltimo momento. Até hoje o Irã é um ponto de interrogação para a opinião pública internacional.

Há dois anos, o país ainda parecia ser um forte ponto de apoio dos EUA, fiéis, nadando em petróleo, armado até os dentes, que caminhava para uma modernização à ocidental e até para uma certa «abertura política». Toda essa miragem se desvaneceu subitamente. O mundo enxergou então outro Irã, tiranizado por uma autocracia fascista. Um país onde o povo ganhava as

ruas aos milhões, morria aos milhares e voltava novamente às ruas. Em questão de meses, esse movimento de massas transformou-se em insurreição.

Foi uma verdadeira revolução democrática. O regime do xá foi posto abaixo. Não ficou pedra sobre pedra da tenebrosa SAVAK (o DOI-CODI iraniano). As forças armadas entraram em desagregação. Limpou-se o terreno para um novo capítulo na história milenar do Irã.

Uma marca contraditória

A revolução foi obra do povo, que lutou, morreu e matou para tornar-se dono do país. Foi obra da jovem classe operária que cortou o fluxo do petróleo, a seiva que dava vida ao regime. Foi obra das mulheres, que saíram da opressão medieval para as ruas e as barricadas.

Mas ela também trouxe para o primeiro plano o clero muçulmano, comandado por Khomeini. O clero rompeu com Pahlevi movido por sentimentos patrióticos, pela pressão vinda de baixo, mas também para contestar a perda de antigos privilégios, terras e posições. Os mullás e ayatollás jogaram toda a sua grande influência no combate à monarquia. Aceleraram assim o amadurecimento da crise revolucionária. Porém imprimiram ao processo uma marca

contraditória: antifascista e antiimperialista de um lado, «islâmica» e até medievalista de outro.

De repente, nova surpresa

Instalada a «república islâmica», começaram os ataques à esquerda, aos comunistas, aos «infieis», às mulheres que abandonavam os véus, às minorias nacionais descejas de autonomia. Parecia que as coisas iam seguir o padrão das revoluções inacabadas.

De repente, nova surpresa. A revolução retoma sua marcha, desafia a maior potência do mundo e mostra a Jimmy Carter, tido como campeão dos direitos humanos, no papel de protetor de um ex-monarca sanguinário.

A confusão continua. O véu da religião obscurece tudo, os EUA não são condenados como potência imperialista mas como agência do demônio. A imprensa ocidental explica tudo à sua maneira, taxando Khomeini de doido varrido. Carter se empenha na desestabilização do país, bancando o duro. Espera, quem sabe, uma restauração, se não do xá, pelo menos de Bakhtiar, que continua na ativa. Porém a crise revolucionária continua fervendo e não há nada mais instrutivo para um povo que procura seu caminho. Quem sabe o Irã ainda reserva ao mundo novas surpresas?